



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA - SEXEC
DEPARTAMENTO DE FUNDOS E INVESTIMENTOS - DFIN
COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNANÇA DE FUNDOS – CGGF

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO ASSESSOR DO MODELO INTEGRAL DE AVALIAÇÃO
GLOBAL - GAAVA
EXERCÍCIO DE 2025

Data: 30/10/2025

Local: Reunião virtual realizada pelo Microsoft Teams

Membros Presentes:

Membro	Órgãos/Entidades
Mariana Marques Vidal – Titular (Coordenadora)	MCTI
Flávio Fonte-Boa - Suplente	MCTI
Verena Hitner Barros - Titular	MCTI
Marcia Carvalho Ribeiro - Titular	Finep
Raphael Ansaloni Fortes - Suplente	Finep
Arquimedes Belo Paiva – Titular	CNPq
Adriana Cristina Marinho Fernandes - Suplente	CNPq
Sylvia Amaral Romanelli - Titular	CNI
Idenilza Moreira de Miranda - Suplente	CNI
Graciela Luzia Vedovoto - Titular	Embrapa

Convidados Presentes:

Convidado	Órgãos/Entidades
Raphael Padula	MCTI
Fillipe Maciel Euclides	MCTI
Rodrigo Portugal da Costa	MCTI
Thiago Varanda	MCTI
André Carneiro Carvalho	Finep

Bruno Chagas

Finep

Pauta da Reunião

1. Retorno apresentação do Plano de ação ao CD (Conselho Diretor)
2. Apresentação CNPq sobre INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia)
3. Apresentação Finep e CNPq sobre minuta de capítulo do Pró-Amazônia no Relatório de Resultados
4. Apresentação Finep e CNPq sobre matriz de risco
5. Próximos passos da construção do PMA-FNDCT

1. Retorno da Apresentação do Plano de Ação ao Conselho Diretor (CD)

A Sra. Mariana Vidal iniciou a reunião informando que o Plano de Ação foi muito bem recebido pelos diretores da Finep e do CNPq, que se mostraram engajados sobretudo em relação à preparação para a coleta de dados e ajustes internos. No Conselho Diretor, a recepção também foi boa e houve concordância com a necessidade de realizar um diagnóstico do Modelo de Avaliação e Gestão (MAG) para que, a partir dele, se possa construir a sistemática de monitoramento e avaliação.

A coordenadora mencionou a discussão sobre a dificuldade na coleta de dados, visto que o MAG possui muitos indicadores de impacto. Explicou que foi por essa razão que o CD defendeu a necessidade de priorizar a base de dados já existente para a coleta, especialmente em relação ao grupo de controle (contrafactual), de modo a não criar obstáculos ou engessar o processo. Informou que foi solicitada, também, a flexibilidade do plano para permitir ajustes ao longo do tempo, como a inclusão de temas como sustentabilidade e ODS.

A Sra. Marcia Ribeiro reforçou que a estratégia de revisão do MAG já trabalhava com a coleta do mínimo necessário de dados previstos no sistema, usando dados secundários (como Receita, INPI, CAGED) para as informações que não eram possíveis de coleta direta (T0 e T1).

A Sra. Idenilza Miranda buscou esclarecimento sobre o entendimento da diretriz do CD, confirmando que a recomendação era de fato trabalhar prioritariamente com dados existentes (Finep, CNPq, RAIS, Pintec), e evitar solicitar novas informações aos beneficiários e pesquisadores para não onerar o processo.

Os Srs. Fillipe Maciel Euclides e Rodrigo Portugal da Costa concordaram com a posição do CD, classificando-a como pragmática, visando utilizar dados já robustos para construir um relatório que defenda a continuidade do instrumento de fomento. O Sr. Fillipe Euclides destacou que, apesar da resistência em pedir novos dados, a Ministra deseja que sejam geradas evidências para defender o FNDCT.

Sobre o cronograma, a Sra. Mariana Vidal informou que o relatório com os modelos lógicos e o Plano de Avaliações deve ser enviado ao CD com pelo menos 20 dias de antecedência da próxima reunião, marcada para 10 de dezembro. Ela comunicou que o Sr. Fabrício (UnB) aceitou fazer o diagnóstico do MAG e a sistemática de monitoramento e avaliação, com previsão de fechar o plano para apresentação ao CD em abril/maio de 2026.

O Sr. Arquimedes Paiva manifestou preocupação com a metodologia de avaliação adotada pelo grupo, questionando a ênfase em modelos quase experimentais (como grupo de controle e T0), que são mais apropriados à área da saúde e exigem sistemas altamente aperfeiçoados. Ele argumentou que, na área de políticas científicas e tecnológicas (C&T), o Brasil ainda não possui modelos de avaliação totalmente configurados ou sistemas de dados que respondam a essas exigências. O palestrante ressaltou que, embora o TCU possa emitir recomendações, a área de C&T deve realizar um debate mais profundo sobre o estado da arte da avaliação no setor, a fim de evitar que a imposição de um modelo superior (como o quase experimental) gere problemas de obtenção de dados e dificulte o trabalho do GAAVA. Ele

expressou sua intenção de usar sua expertise futura na coordenação geral de avaliação para propor uma discussão mais qualificada sobre o tema.

Ainda sobre dados, a Sra. Verena Hitner manifestou total concordância com as preocupações levantadas por Arquimedes sobre a metodologia, reforçando que a discussão de impacto não se confunde com monitoramento e avaliação, sendo historicamente a avaliação dos INCTs um desafio complexo. A palestrante defendeu a necessidade de criatividade metodológica, citando a experiência de políticas públicas internacionais (como o *CHIPS Act* dos EUA) e sugerindo que o GAAVA explore métodos com respaldo metodológico, como a visita recorrente e a produção de dados primários em empresas (prática utilizada no CGE para a Lei de Informática), como um caminho para avaliar o impacto das ações do FNDCT. Ela concluiu que é fundamental que o grupo se debruce sobre o modelo mais abstrato (impacto, risco, desenho de política) em vez de focar apenas na "lógica do indicador", já que as ciências sociais não pressupõem que toda avaliação seja feita exclusivamente com base em modelos lógicos.

O Sr. Rafael Ansaloni complementou a discussão sobre a Infraestrutura Nacional de Dados, reforçando a importância estratégica do tema. Ele destacou que a Finep está participando diretamente no financiamento da primeira parte desse projeto, utilizando recursos do FNDCT, em parceria com o MGI. Este financiamento visa, especificamente, desenvolver soluções tecnológicas e o primeiro ecossistema de dados, focado em "Social e Benefícios". O membro da Finep ressaltou a importância de o GAAVA, por meio do MCTI, buscar a inserção nesse projeto de pesquisa de longuíssimo prazo, a fim de antecipar necessidades e oportunidades que possam ser úteis ao trabalho do grupo. O Sr. Ansaloni justificou a urgência, frisando que, embora áreas como o social sejam prioritárias, é essencial garantir que a lógica de financiamento do FNDCT seja comprovadamente mapeada e seus impactos demonstrados, como forma de sustentar futuros investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Sra. Verena Hitner reforçou a urgência da discussão sobre a infraestrutura de dados para o setor de C&T, mencionando que os ecossistemas de Saúde e Educação já foram aprovados via lei. Ela destacou a enorme quantidade de bases de dados existentes no setor (ex: 190 no sistema de C&T), e a dificuldade na coleta de indicadores subnacionais. A estratégia do MCTI visa criar espaços de interoperabilidade (Finep, CNPq, CAPES, INEP) para estabelecer o ecossistema, com o projeto do FNDCT e a criação de um cadastro único entre as prioridades do Plano de Transformação Digital. O plano inclui a colaboração com a RNP e a adoção de uma estratégia de tratamento de dados (*limpagem*) para criar classificações de qualidade (base ouro/prata) que melhorem a confiabilidade e o uso das informações existentes.

2. Apresentação CNPq sobre INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia)

A Sra. Adriana Marinho apresentou o modelo de monitoramento e avaliação em desenvolvimento, que utiliza o programa INCT como projeto piloto, em parceria com a Diretoria de Cooperação Institucional (CNPq). Ela descreveu o INCT como uma rede de pesquisa de alta excelência, com a missão de promover pesquisa de ponta, formação de recursos humanos, internacionalização e transferência de conhecimento para a sociedade e o setor produtivo. Esclareceu que a metodologia do CNPq avalia o programa em três níveis: Programa (missões), Chamadas (diretrizes) e Projetos (objetivos, metas e resultados), sendo que os projetos alimentam os níveis superiores e facilitam a geração de indicadores, dada a clareza e o bom desenho da política. Para o monitoramento parcial, que ocorre a cada dois anos, a equipe está trabalhando na automatização do formulário de avaliação. Essa automação visa preencher previamente o formulário com dados já existentes nas bases do CNPq, como o Currículo Lattes, exigindo do pesquisador apenas a validação da informação. O objetivo é reduzir a carga de trabalho do pesquisador, evitar erros e qualificar a informação, seguindo o princípio de não solicitar dados que já estão disponíveis.

A Sra. Mariana Vidal questionou se o formulário de avaliação parcial do INCT aplicado pelo CNPq (que ocorre a cada dois anos para projetos de execução de cinco anos) se equiparava a um relatório de "prestação de contas", como é feito na Finep. A sra. Adriana Marinho prontamente esclareceu que o formulário não é uma prestação de contas (que se refere a gastos), mas sim um instrumento para relatar o que está sendo produzido e os resultados alcançados por meio do financiamento. A representante do CNPq reforçou que o pesquisador, na submissão da proposta, já precisa descrever os resultados esperados e o tipo de impacto em até cinco níveis (econômico, social, científico etc.), e o relatório parcial

serve para validar o cumprimento dessas metas e sua contribuição para a missão do INCT, sendo cada Instituto correspondente a um projeto de pesquisa.

A Sra. Adriana Marinho continuou a apresentação, detalhando o processo de monitoramento desenvolvido pela COAPP/CNPq. Ela explicou que o formulário é enviado ao coordenador do INCT por meio de login e senha, com as características do projeto já pré-preenchidas (nome, equipe, empresas associadas). O processo de avaliação é dividido em seções que abrangem: Composição da Rede (verificando se o INCT atende aos critérios da chamada, como número mínimo de doutores e abrangência geográfica); Aspectos Gerenciais e Resultados alcançados por diretriz e metas do projeto; e Governança, Gestão e Comunicação Pública (transferência de conhecimento).

Na sequência, reiterou que o formulário é parcialmente pré-preenchido com dados da produção científica de todos os membros da equipe extraídos do Lattes. No entanto, ela destacou o desafio central de que o Lattes não permite a vinculação da produção científica ao tipo de financiamento (FNDCT, MCTI), sendo este um ponto crítico que o CNPq precisa ajustar no sistema. Assim, o pesquisador precisa validar toda a produção do período e vincular manualmente cada publicação ao INCT. Por fim, a Sra. Adriana Marinho apresentou o Fluxo de Monitoramento, que parte do banco de dados inicial (Lattes e PCC/CNPq) e da coleta primária (o formulário automatizado), visando retroalimentar o sistema com novos dados (parcerias, recursos humanos) para a avaliação do programa em seus relatórios parciais e final. Esse ambiente informatizado garante o acesso restrito e mais seguro para o manuseio de dados sigilosos e de alto nível.

O Sr. Arquimedes Paiva complementou a apresentação, enfatizando que o formulário de avaliação ainda é um protótipo em construção e que o primeiro teste ("piloto") será realizado em um INCT coordenado por uma diretora do próprio CNPq. Ele destacou o esforço para implementar a geração automática de relatórios em PDF, visto que nenhuma das plataformas ou sistemas atuais do CNPq oferta qualquer relatório gerencial. Explicou que este é um problema grave, pois, apesar de o CNPq possuir a maior base de dados sobre ciência do Brasil, seus sistemas foram construídos no início dos anos 2000 que não evoluíram significativamente, forçando os analistas a acessarem e avaliarem os projetos individualmente no sistema, sem a possibilidade de gerar relatórios ou painéis panorâmicos sobre o estágio do conjunto dos projetos. Finalizou afirmando que essa situação revela o patamar atual da Agência em termos de capacidade de avaliação e a necessidade de evoluir a perspectiva.

A Sra. Adriana Marinho concluiu a apresentação enfatizando que o formulário de monitoramento trará benefícios claros, permitindo a consolidação de resultados do INCT e o mapeamento de suas contribuições para os objetivos estratégicos do CNPq e as diretrizes nacionais de C&T. Destacou que o Painel do INCT consolidará dados sobre parceiros de financiamento e a Formação de Recursos Humanos (incluindo estímulo ao ensino médio). Para o monitoramento, foram criados indicadores multidimensionais por diretriz, como o Índice de Mobilização Territorial de Redes (IMTR) e o Índice de Qualidade da Rede (IQ Rede), ambos com ficha técnica e validação estatística. Ressaltou que o maior desafio reside na Interoperabilidade de Dados entre agências financiadoras (FAPs, CAPES) e na falta de recursos financeiros e humanos para estruturar a base de dados do CNPq. Ela finalizou, ressaltando que o sucesso do monitoramento depende crucialmente do bom desenho da política, sendo fundamental ter o objetivo de avaliação claramente descrito e o modelo lógico do problema bem definido.

A Sra. Mariana Vidal destacou que esta é uma decisão política e estratégica da alta gestão, e que, embora concorde com a necessidade de melhoria, o Secretário-Executivo defende que o próprio CNPq deve arcar com os custos usando seus próprios recursos financeiros. Em seguida, ela elogiou a apresentação do INCT e propôs um exercício técnico, junto com a consultoria e a equipe (os Srs. Rodrigo e Fillipe), para vincular e aplicar os indicadores já desenvolvidos e acompanhados pelo CNPq à nova sistemática de monitoramento do FNDCT. Explicou que a ideia é a de usar os indicadores existentes do INCT — que têm relação histórica com o Pró-Infra — para simplificar o acompanhamento e evitar a criação de novos indicadores, apenas buscando esses dados já coletados pelas Agências para monitorar os resultados de produtos e resultados dos programas do FNDCT.

A Sra. Marcia Ribeiro perguntou sobre a possibilidade de alterar o Lattes ou usar *proxies* para inferir a fonte de recursos. A Sra. Adriana Marinho confirmou que a demanda por maior transparência na fonte de financiamento da produção científica foi levada ao CD do CNPq, mas que

qualquer alteração no Lattes é complexa e demorada, e o CNPq está em fase de priorização de demandas. Em relação aos desafios, a palestrante listou a Interoperabilidade de Dados (devido à dificuldade em acessar dados de outros parceiros como FAPs e CAPES) e a necessidade de Recursos Financeiros e Humanos para estruturar a base de dados do CNPq e sua infraestrutura.

O Sr. Fillipe Euclides trouxe uma dúvida metodológica central sobre o desafio da efetividade das intervenções públicas. Ele questionou se a equipe havia calculado ou discutido o T0 (ponto de partida) dos INCTs, referindo-se ao que já existia em termos de pesquisa antes da intervenção do fomento, e os efeitos subsequentes nas publicações. Argumentou que, sem essa comparabilidade (seja via contrafactual ou via horizonte temporal), a dimensão de efetividade da intervenção social fica prejudicada. Ele concluiu que é possível medir eficiência e eficácia, mas o T0 é essencial para a efetividade.

A Sra. Adriana Marinho respondeu à dúvida sobre o T0, reconhecendo que a equipe pensou no desafio da comparabilidade. Explicou que não é possível comparar os INCTs entre si ou com outras chamadas, afirmando que cada INCT é único e está inserido em um contexto de execução de cinco anos. Informou que o T0 para a rede é estabelecido no momento da submissão da proposta: quando o pesquisador submete a proposta, o Currículo Lattes é congelado e avaliado. Portanto, a estratégia de monitoramento é avaliar a evolução da própria rede ou grupo a partir desse ponto inicial (T0) e em relação a si mesma, acompanhando os pontos que foram avaliados na proposta em relação ao tempo final de execução. Ela também mencionou que a equipe considera a realização de uma análise *ex-post* (seguindo o modelo precursor do MAG) dois ou três anos após a finalização dos projetos, para avaliar a produção científica que geralmente demanda mais tempo para se concretizar.

O Sr. Arquimedes Paiva complementou a discussão sobre o T0 e a vinculação de recursos, explicando que, atualmente, é impossível isolar a fonte de financiamento específica da produção acadêmica de um pesquisador de alto nível (INCT), visto que ele possui múltiplas fontes de financiamento (CNPq, projetos internacionais etc.). Ele ressaltou que o Currículo Lattes é estático e não dialoga para indicar a origem dos recursos (este veio de X, aquele veio de Y). A única informação disponível sobre a produção do INCT ocorre no relatório final do projeto, fornecido pelo coordenador. O Sr. Arquimedes Paiva concluiu que, ao olhar estaticamente o Lattes, há muitas limitações para considerar o T0 (ponto inicial) e conduzir algo "quase experimental" e afirmou ser necessário cruzar diversas frentes de informação (Currículo Lattes inicial, proposta) para tentar algo nesse sentido.

O Sr. Flavio Fonte Boa observou que há problemas similares de diversidade enfrentados pelo FNDCT e pelo próprio CNPq. Ele notou que tanto o FNDCT quanto o INCT financiam uma diversidade grande de programas, projetos e portes, o que torna o monitoramento e a avaliação um exercício muito difícil e complexo. Aproveitou a oportunidade para comparar a dificuldade da avaliação com a metodologia de pesquisa científica, onde se busca o isolamento e ambientes controlados, enquanto na avaliação se é forçado a juntar todas as diversidades e tentar buscar elementos comuns. Ele enfatizou que esse esforço será sempre incompleto e gerará angústia. Apesar da complexidade, ressaltou que o esforço é um avanço importante, pois demonstra uma melhor organização da política. Ressaltou que a atual gestão tem deixado de ser apenas um balcão e está buscando ter uma coerência e uma política pública mais pensada, com melhores justificativas na distribuição dos recursos, o que é um ponto muito positivo para a continuação do INCT e do FNDCT.

O Sr. Thiago Varanda levantou a complexidade e o custo para tratar a base de dados, sugerindo que o foco deve ser no impacto qualitativo da boa tomada de decisão das agências, mais do que na separação percentual do impacto por fonte de financiamento. Também levantou o desafio de isolar os efeitos macroeconômicos (ciclos de crise) na avaliação dos resultados econômicos dos projetos.

A Sra. Adriana Marinho concordou com o questionamento do Sr. Thiago Varanda, afirmando que não é viável e nem tem sentido avaliar o impacto pensando em partir o recurso ou informar que uma parte do impacto é equivalente à porcentagem do recurso investido por uma agência. Ela esclareceu que a intenção da avaliação do INCT é dizer que o programa vale a pena ser financiado e que ele é um programa de sucesso. Destacou que o objetivo é mostrar que o programa precisa de apoio para se manter e que possui uma grande capacidade de autofinanciamento, inclusive por meio de parceiros privados. Concluiu afirmando que a avaliação serve para demonstrar que o apoio

governamental é crucial para a perpetuação da política e para manter o financiamento de bons projetos que respondem às demandas sociais.

3. Apresentação Finep e CNPq sobre minuta de capítulo do Pró-Amazônia no Relatório de Resultados

A Sra. Mariana Vidal informou que a discussão deste item seria postergada para a próxima reunião do GAAVA.

4. Apresentação Finep e CNPq sobre matriz de risco

A Sra. Marcia Ribeiro e o Sr. Arquimedes Paiva apresentaram uma matriz de risco simplificada, elaborada com o objetivo de mapear e categorizar riscos nas atividades do Plano de Ação, servindo como uma ferramenta de governança para antever e mitigar problemas, especialmente sob o acompanhamento de órgãos de controle.

O Sr. Arquimedes explicou que o objetivo era criar um documento simples, mas que resguardasse o GAAVA do ponto de vista da governabilidade. O intuito era antecipar problemas e apontar estratégias de mitigação, especialmente porque os órgãos de controle estão acompanhando as atividades de C&T, e essa fiscalização tende a se aprofundar. Ele detalhou a estrutura da matriz, que categorizou 11 riscos (Técnico, Institucional, Operacional, Legal, Normativo e Estratégico) e classificou-os em Crítico, Alto, Médio e Baixo com base na pontuação de Probabilidade e Impacto.

Ressaltaram que foram identificados dois Riscos Críticos Institucionais:

1. Dificuldade na definição e validação dos indicadores e metas de desempenho (Linha 4): A estratégia de mitigação envolve a promoção de oficinas técnicas e o uso de pilotos em programas (como o INCT apresentado por Adriana), algo que já está em andamento.
2. Baixa coordenação entre as áreas responsáveis (Linha 9): A mitigação incluída, após sugestão de Felipe, é o uso de atualizações orais periódicas nas reuniões do GAAVA.

O Sr. Arquimedes Paiva Finalizou a apresentação destacando que a matriz foi construída para não gerar uma espiral de autocontrole (onde se perde mais tempo controlando do que entregando) e para oferecer uma camada de segurança ao grupo, mostrando aos *stakeholders* (como TCU e CGU) que o trabalho está sendo feito e caminhando.

A Sra. Mariana Vidal sugeriu a lapidação da redação do risco sobre baixa coordenação para se referir à baixa coordenação das atividades do plano. Ela também recomendou a remoção do item que previa o alinhamento prévio com órgãos de controle, por entender que isso poderia gerar dependência para as deliberações do grupo.

O Sr. Flavio Fonte Boa questionou o critério metodológico da matriz por não apresentar riscos de baixa probabilidade e baixo impacto (classificados como "verde"), o que poderia dar a impressão de que não foram considerados. O Sr. Arquimedes Paiva justificou que a escolha foi por não ser exaustiva e focar apenas nos riscos de maior impacto.

Ao final dos esclarecimentos, ficou acordado que a matriz será revisada e encaminhada por e-mail para contribuições e que a equipe passará a acompanhar o *status* da matriz em futuras reuniões do GAAVA, incluindo uma coluna de acompanhamento da evolução de cada risco.

5. Próximos passos da construção do PMA-FNDCT

A Sra. Mariana Vidal reforçou que o trabalho prosseguirá com o desenvolvimento de dois produtos em paralelo: o diagnóstico do MAG e a sistemática de monitoramento e avaliação, que incluirá indicadores, periodicidade, responsabilidades e atribuições de M&A. A equipe buscará a construção de indicadores factíveis e utilizáveis pelas agências, garantindo a participação dos times técnicos.

O Sr. Thiago Varanda destacou que o módulo de monitoramento e avaliação do SIG-FNDCT será implementado gradualmente, dependendo da definição dos indicadores e bases de dados. Propôs que, como próximo passo, as instituições apresentem uma proposição das bases de dados que pretendem utilizar para a interoperabilidade, a fim de avançar no mapeamento técnico do sistema. A Sra. Marcia Ribeiro sugeriu a inclusão de programas como o *Mulheres Inovadoras* e o apoio a *Startups* no Plano de Avaliações (PMA).

Encaminhamentos e Ações Futuras

Ação	Responsável	Detalhamento
Revisão e Envio da Matriz de Risco	Arquimedes Paiva / Membros do GAAVA	Arquimedes enviará a matriz revisada por e-mail para coleta de contribuições dos membros.
Proposta do Plano de Avaliações	Finep e CNPq	Encaminhar por e-mail a proposta de programas (além dos 4 iniciais) que podem constar no Plano de Avaliações do PMA-FNDCT.
Agendamento da Próxima Reunião	Mariana Vidal	Agendar a próxima reunião do GAAVA em 2 a 3 semanas, dependendo do alinhamento do escopo do trabalho com o CGE/UnB.
Comunicação Pós-Reunião	Mariana Vidal	Encaminhar por e-mail: o link para o <i>Planner</i> do Plano de Ação, a matriz de risco, a apresentação do INCT e a ata da última reunião.
Proposição de Bases de Dados	Finep e CNPq	Elaborar a proposição de bases de dados a serem utilizadas para interoperabilidade e monitoramento (sugerido para a próxima reunião do GAAVA).

5. Encerramento

A coordenadora agradeceu a participação de todos e reforçou o caráter colaborativo e construtivo do processo.

MARIANA MARQUES VIDAL

Coordenadora-Geral de Governança de Fundos



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Marques Vidal, Coordenador-Geral de Governança de Fundos**, em 30/12/2025, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13373284** e o código CRC **F814B534**.